



PRÁTICAS ESPACIAIS URBANO-RIBEIRINHAS DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM: FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS TERRITÓRIOS INSULARES.

Paula Beatriz Rêgo Menezes ¹

RESUMO

As cidades amazônicas têm enfrentado transformações socioespaciais na segunda década do século XXI, a partir disso, fenômenos como a fragmentação socioespacial refletem consequências nas práticas espaciais periféricas. A pesquisa tem como recorte territorial a Comunidade de João Pilatos, localizada na porção insular norte de Ananindeua-PA, e busca compreender como a fragmentação metropolitana, intensificada a partir dos anos 2000, afeta as práticas espaciais cotidianas dos moradores, especialmente em relação ao habitar, mobilidade, trabalho e consumo. A metodologia adotada é qualitativa, produção cartográfica, observações sistematizadas de campo, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. A pesquisa é resultado da dissertação de mestrado e contribui para o entendimento das dinâmicas urbano-rurais e pode orientar ações do poder público voltadas às comunidades periféricas, especialmente as urbano-ribeirinhas.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial; Práticas Espaciais; Cartografia Participativa; Urbano-Rural; Ananindeua-PA.

ABSTRACT

The amazonian cities have faced socio-spatial transformations in the second decade of the 21st century, resulting in phenomena such as socio-spatial fragmentation having repercussions on peripheral spatial practices. This research focuses on the João Pilatos Community, located in the northern island of Ananindeua, Pará, and seeks to understand how metropolitan fragmentation, intensified since the 2000s, affects residents' daily spatial practices, especially in relation to housing, mobility, work, and consumption. The methodology adopted is qualitative, with cartographic production, systematic field observations, semi-structured interviews, and photographic records. The research is the result of a master's dissertation and contributes to the understanding of urban-rural dynamics and can guide public authorities' actions aimed at peripheral communities, especially urban-riverine communities.

Keywords: Sociospatial Fragmentation; Spatial Practices; Participatory Cartography; Urban-Rural; Ananindeua-PA.

INTRODUÇÃO

Os territórios das cidades amazônicas vêm passando por rápidas transformações socioespaciais na segunda década do século XXI. Caracterizadas por metamorfoses espaciais, as relações espaciais e territoriais foram sujeitas aos novos nexos da urbanização fragmentária

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, paula.rgo@gmail.com.



diante a intensificação de diferenciações e desigualdades socioespaciais nas periferias de pequenas, médias e grandes cidades (Legroux, 2021; Rodrigues, 2015).

A presente pesquisa é resultado da dissertação de mestrado², cujo objetivo é analisar as práticas espaciais da Comunidade de João Pilatos na porção insular norte do município de Ananindeua-PA, face à fragmentação socioespacial metropolitana a partir dos anos 2000. Por meio disso, a análise consistirá em compreender os efeitos da fragmentação nas práticas espaciais cotidianas dos moradores da comunidade, vinculadas às dimensões empíricas do habitar, mobilidade, trabalho e consumo.

Pelo ponto de vista dos procedimentos metodológicos, realizamos abordagens de caráter qualitativo, produção cartográfica, trabalho de campo com observações sistematizadas, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos.

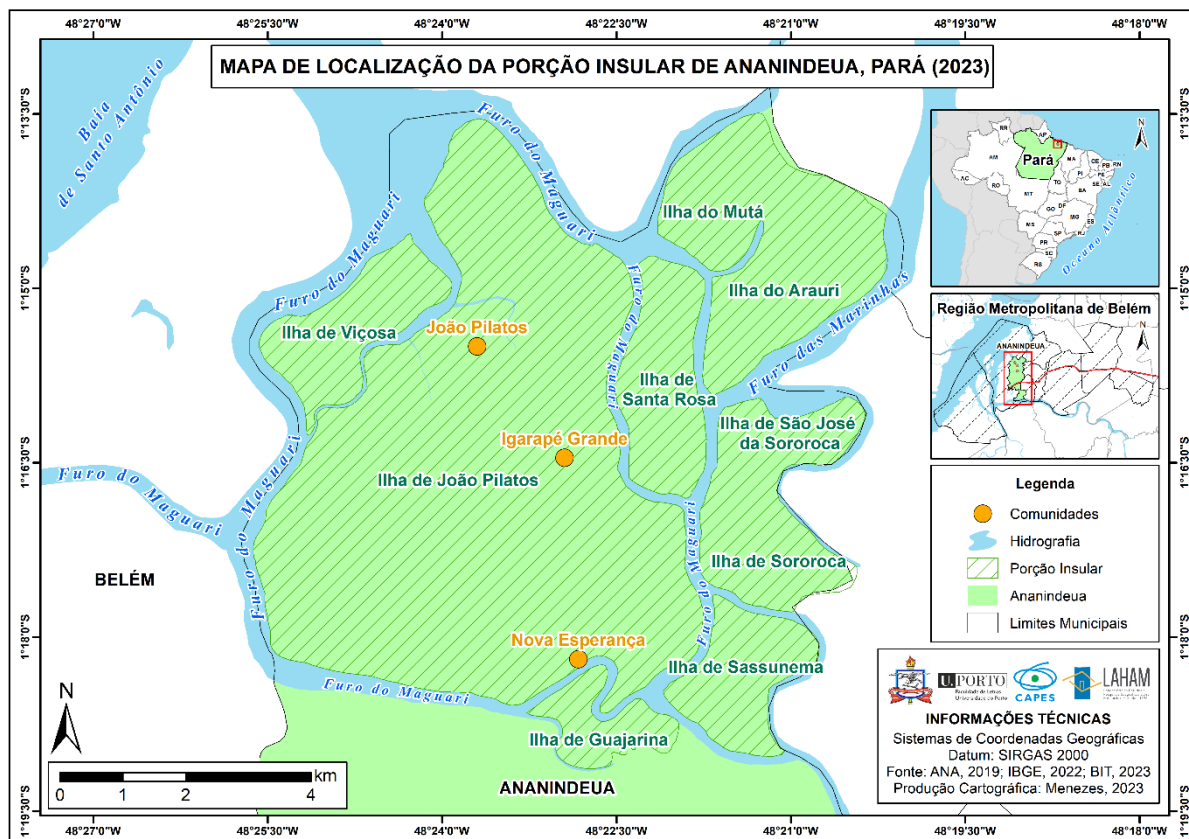
Dessa forma, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender e refletir sobre como tem se caracterizado as práticas espaciais, diante das transformações urbanas progressivas ocasionadas nas últimas décadas provocadas pela fragmentação socioespacial, além de vislumbrar o produto de tal fenômeno no cotidiano das comunidades ribeirinhas. Do ponto de vista prático, o presente trabalho permite subsidiar a sociedade local e o poder público para que se possa dialogar através de informações relevantes para se pensar sobre futuras atividades relacionadas às comunidades insulares e não insulares da periferia de Belém.

Localização da Área de Estudo

O Recorte territorial adotado para esta pesquisa é a Ilha de João Pilatos, espaço situado na porção insular norte do município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana de Belém – RMB (Figura 1). O território municipal de Ananindeua compreende a uma área de 485 km², situada na Região Geográfica Intermediária e Imediata de Belém (IBGE, 2017), sendo limitado ao norte, ao sul e oeste pelo Município de Belém, a leste pelo Município de Benevides e Marituba (Ananindeua, 2006).

² Pesquisa financiada pela CAPES, como bolsa de pesquisa de pós-graduação.

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE (2022); ANA (2019); BIT (2023). Elaboração: Menezes (2023).

O município integra a Região Metropolitana de Belém – RMB, oficializada pela Lei Federal de nº 14/08.06.1973 composta por Belém e Ananindeua (Mendes, 2018). Atualmente, a RMB é composta por: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena. Além disso, Ananindeua tem o seu nome inspirado em uma árvore de Anani (*Symphonia globulifera*), de origem tupi que tinha como característica a produção de uma resina de cerol utilizada para lacrar fendas de embarcações, na qual existia em grande parte do território, sobretudo na região das ilhas (Ananindeua, 2023).

METODOLOGIA

A presente pesquisa conta com a utilização das abordagens de caráter qualitativo-quantitativo. Do ponto de vista qualitativo sobre o que não pode ser quantificado, no qual trabalharemos com identidade e subjetividades das práticas espaciais, considerando o fenômeno ou processo social e que deve ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos (Minayo, 1994). Sob o ângulo quantitativo, no que consiste a dados demográficos, sociais, econômicos, etc., equivale à questão objetiva de compreensão da



realidade social que, de certo modo, oferece a possibilidade de expressar através de generalizações com precisão e objetividade (Minayo, 1994), mas que não serão apresentados nesse recorte da pesquisa por se tratar de um trabalho de dissertação, muito embora esses dados contribuam nos resultados da pesquisa, não irão interferir na compreensão do que o trabalho se compromete.

Ao que se refere à tipologia de estudo a ser utilizada, teremos como estratégia de pesquisa, o estudo de caso que, segundo Martins (2008), é uma estratégia metodológica onde se é aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente, trata-se de apreender a totalidade de determinado evento e assim, descrever, compreender e interpretar a complexidade do caso.

Conforme exposto, o desenvolvimento da pesquisa considera a interpelação interescalar, Sposito (2006) leva em conta a compreensão das interações espaciais e das relações sociais, econômicas, políticas ou culturais que se estabelecem entre os territórios, sejam elas regionais e nacionais, são “peças” fundamentais na compreensão da condução analítica dos processos. Do ponto de vista de uma leitura interescalar, dedicaremos atenção à escala do território da comunidade da ilha de João Pilatos em uma perspectiva interescalar (temporal, espacial e cartográfica).

Para os procedimentos operacionais, aplicamos o uso de ferramentas metodológicas que possibilitaram analisar o que esta pesquisa se propõe. Para isso, foram realizados levantamentos e análises bibliográficas, acerca das categorias analíticas³ a partir de artigos, dissertações, teses, livros. Contou, também, com a realização de entrevistas semiestruturadas⁴ e registros fotográficos. Como metodologia da Cartografia Participativa, houve a realização de oficinas para que a comunidade pudesse se apropriar da linguagem cartográfica, além do cuidado ao detalhamento do processo constituídas em etapas até o produto final. Com isso, optamos desta forma, como proposição à temática apresentada nesta pesquisa.

As etapas de produção da Cartografia Participativa na Comunidade de João Pilatos, se deu da seguinte forma: 1) Pesquisa de campo para contactar a comunidade e explicar os objetivos do estudo; 2) Retorno à comunidade para a realização de entrevistas e entender a dinâmica do seu território; 3) Realização de oficinas com a comunidade de João Pilatos. Nesta etapa utilizamos imagens de satélite com identificação de dois pontos de referência coletados a

³ As categorias analíticas da pesquisa são: Urbanização do Território, Reestruturação Urbana, Fragmentação Socioespacial e Práticas Espaciais.

⁴ Entrevista semiestruturada tem como característica a flexibilidade adquirida traduz-se por uma perda de uniformidade, ou seja, possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, o que favorece a profundidade dos saberes, bem como, suas representações de suas crenças e valores (Laville; Dionne, 1999).



partir da pesquisa de campo, permitindo que os moradores conseguissem se situar, além de introduzir a linguagem cartográfica e os aspectos a serem cartografados; 4) Na primeira oficina os materiais utilizados foram: imagens de satélites seccionadas em folhas A4 e uma em A3 com o recorte da comunidade como um todo com espaço em branco reservado à legenda construída no processo; canetas hidrocor; etiquetas adesivas para inserir “pontos” para que ao processar os dados, a vetorização estivesse precisa. 5) Na segunda oficina, com os dados processados e formalizados em um mapa temático, prosseguimos na identificação de novos itens a serem cartografados e estabelecendo uma legenda com base nos usos do território pela comunidade; 6) Reunimos os dados para produzir o produto final.

Para a produção dos produtos cartográficos, no geral, utilizamos a base de dados geográficos vetoriais do IBGE no formato *shapefile*, dentre outras bases utilizamos, também, de massas d’água da ANA. Outrora, construímos uma base de dados própria diante o escopo a ser utilizado pela Cartografia Participativa, constituído de dados primários a partir da análise das comunidades e seus usos. Lançamos mão ainda da aquisição de dados *RASTER*, pelos sensores óticos *LANDSAT-8* como base de localização. Feito isso, os dados tratados e processados pelo *Software Arcgis* na versão 10.8.2, realizado no CEGOT da Universidade do Porto, em Portugal no período de estágio investigativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria de base a ser utilizada pela pesquisa, se dá através da produção do espaço pelo ponto de vista lefebvriano, do qual consiste no espaço enquanto produto, por interação ou retroação, seja ele produtivo ou produtor, como suporte de relações econômicas e sociais, resultando no espaço social produzido. Lefebvre (2006), considera que o espaço é produzido e organizado pelas relações sociais e espaciais, ordenados pelas atividades hegemônicas que organiza e produz ao mesmo tempo as relações sociais, seu espaço e seu tempo, sendo assim, o espaço produzido. Este que, também, “serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência (poder) - mas que ele escapa parcialmente, enquanto que, aos que dele se servem” (Lefebvre, 2006, p. 50).

Deste modo, essa abordagem permite com que possamos vislumbrar pela perspectiva do espaço social, este onde estão inseridas as relações sociais de reprodução e as relações de produção, desempenhando o papel de produção e reprodução. Nesse sentido, Lefebvre (2006) aponta como dois encadeamentos que não podem se separar, tendo em vista, que as relações sociais de reprodução é, por exemplo, a organização específica de uma família e, as relações de



produção é, a divisão do trabalho e sua organização, obtida de funções sociais hierarquizadas. Com isso, a divisão do trabalho se estabelece no leito familiar e se mantém, em contrapartida, a organização familiar não interfere na divisão do trabalho (Lefebvre, 2006).

Por meio destas considerações, elencamos como categorias teóricas da pesquisa: Urbanização do Território, Reestruturação Urbana, Fragmentação Socioespacial e Práticas Espaciais. A modo que nos permite reconstituir as formas e objetos geográficos, para o entendimento da organização espacial, em razão do nosso recorte territorial e objeto de estudo.

A respeito das categorias teóricas, ressaltamos a urbanização do território como matriz dos processos que buscamos discutir, pelo viés de uma “revolução urbana”, notadamente caracterizada por uma urbanização aglomerada e com o aumento populacional, seguida de uma urbanização concentrada e com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio e, por último, o estágio da metropolização, na qual é composta por um número considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias (Santos, 2013).

Acerca disso, a pesquisa conta como principais conceitos a Fragmentação Socioespacial, as Práticas Espaciais e Território.

Do ponto de vista da Fragmentação Socioespacial, utilizamos como principais referenciais do debate: Sposito e Sposito (2020), Legroux (2021), Turra Neto *et.al* (2022).

Consideramos os autores, diante a iniciativa recente de seus estudos, aos quais apresentam a importância da análise da diferenciação socioespacial a partir dos conflitos ocasionados no espaço da cidade que estão diretamente ligados ao processo de fragmentação socioespacial, a segregação, autosegregação, desigualdades espaciais e sociais. Sobre isso, Sposito e Sposito (2020), explicam a fragmentação socioespacial por duas perspectivas, sendo a primeira, a partir de um “conceito polissêmico”, o qual são atribuídos a ele muitos conteúdos utilizados para explicar processos contemporâneos e de diferentes realidades, seja por meio da análise de dinâmicas mais gerais da estância global e/ou explicar mudanças das formas de estruturação espacial das cidades, desempenhando como um o conceito multiescalar.

A segunda perspectiva, Sposito e Sposito (2020) qualificam a partir de um “conceito multidimensional”, ao qual está relacionado as dimensões associadas às diversas diferenças e formas de separações do espaço. Sendo assim, a fragmentação socioespacial é compreendida de concepções plurais diante a sua multidimensionalidade e multiescalaridade, sob o aspecto de sua complexidade (Sposito; Sposito, 2020).

Com isso, Sposito (2022) ressalta que a fragmentação socioespacial é um processo composto com uma miríade de dinâmicas e transformações, a partir delas são reorientadas as relações entre sociedade e espaço redefinindo as práticas espaciais e os usos do tempo urbano,



considerando a condição de uma cidade vinculada à uma relação centro-periferia. Em relação a isso, as transformações na estruturação do espaço metropolitano, são promovidas alterações nas práticas espaciais da população que reside na cidade, onde, no cotidiano estão submetidos às mudanças que a metrópole vive (Sposito, 2022).

Nessa compreensão, Góes e Sposito (2016) colocam que além das dinâmicas relacionadas a produção do espaço urbano, no que diz respeito as práticas espaciais e de consumo, são constituídas de relações contraditórias entre reprodução e inovação, repetição e criação, entre outras, constituindo de uma articulação entre as formas de reprodução econômica e social, de um lado, e de outro, as práticas. Com isso, as práticas espaciais expressam as dimensões da vida social, micropolítica e cultural, servidas de subjetividades e complexidades, a partir desses espaços construídos, tomam forma e condicionam as práticas futuras (Góes; Sposito, 2016).

Em Legroux (2021), a fragmentação vai além da separação física e social é necessário compreender as dinâmicas intensificadas através das rupturas e da relativa incomunicabilidade entre os diferentes “pedaços”, sendo eles, desconexos e diferenciados. Dessa forma, a fragmentação expressa nas classes sociais o acirramento dos processos de segregação e diferenciação nos diferentes espaços urbanos, sejam através do trabalho, lazer, moradia, etc. e em formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, condiz dizermos que são as novas formas de produção e apropriação da cidade (Legroux, 2021).

Pela perspectiva das práticas espaciais, ressaltamos como principal referência Lefebvre (2006). Acerca disso, o autor ressalta que as práticas espaciais, representam junto ao espaço, uma relação dialética de forma que a prática produz lenta e se apropriando. Na contemporaneidade, as práticas espaciais estão diretamente associadas ao espaço percebido, ou seja, a realidade cotidiana e na realidade urbana, a partir das dimensões da vida social (habitação, a mobilidade urbana, o consumo, o trabalho e o lazer) (Lefebvre, 2006).

A visão de Lefebvre contribui com a pesquisa, pelo viés de que as práticas espaciais são condicionadas ao espaço. Haja vista que, este é constituído pela triplicidade: percebido-concebido-vivido (prática espacial – representações do espaço – espaços de representação). São esferas da produção do espaço que contribui para a análise dos seus efeitos da fragmentação socioespacial nas relações espaciais e sociais da cidade, à maneira que revelam as suas contradições.

No que diz respeito à perspectiva de Território, ressaltamos pela visão de Rogério Haesbaert, no que se refere ao território enquanto dimensão espacial que produz em si, tanto processos de dominação concretos (por um viés materialista), quanto por um espaço propício a



produção da imaterialidade em que geram a identidade, subjetividade e simbolismos. O território como sendo multidimensional: a) jurídico-político; b) cultural; c) econômico; e d) “natural” (Haesbaert, 2004), o intuito trata-se de investigar sistematicamente a constituição de um território multidimensional à medida que buscamos, por esse meio, discutir acerca das representações sobre o espaço sendo ele parte indissociável das relações.

Desse modo, essa abordagem permite com que possamos vislumbrar para além da perspectiva materialista de território, não tão somente vinculado às relações econômicas ou de produção. Considerando esta perspectiva, a concepção de território é por um viés materialista-idealista, tendo como base a concepção haesbaertiana de território multidimensional, na qual desdobra-se a partir de um ponto de vista “parcial” de território que abrange as dimensões econômicas, políticas, culturais ou “natural” e que além disso, traz um olhar integrador de território e visa, por meio deste, responder as problemáticas que se condensaram através do espaço envolvidas em todas as esferas (Haesbaert, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Ananindeua é o resultado da acumulação de inúmeras coexistências de tempos histórico-geográficos, de interações espaciais diante do espaço-tempo, as quais permitiram profundas transformações nas estruturas espaciais da cidade, fato que contribuiu para o avanço do processo de fragmentação socioespacial em face da reestruturação urbana e reestruturação da cidade, hierarquizada e homogeneizada. Esse acúmulo, é produto dos processos espaciais e das práticas espaciais constituídas por forças atuantes geradas ao longo do tempo que proporcionaram localizações, realocações e permanências de atividades e da população no espaço da cidade, momentos estes que foram evidenciados nos capítulos anteriores (Corrêa, 2007).

A perspectiva das práticas espaciais que buscamos evidenciar, se dá a partir da análise do cotidiano dos moradores da Comunidade de João Pilatos na porção insular norte do município de Ananindeua, através das dimensões do habitar, da mobilidade, do trabalho e do consumo pelo viés lefebvriano do percebido-concebido-vivido (prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação). Esse conjunto de práticas espaciais, permite identificar a práxis do lugar, através da produção e reprodução da formação social, sendo a relação do indivíduo com o espaço social sendo estabelecidas representações do espaço, vinculadas às relações de produção as quais orientam essa dinâmica (Lefebvre, 2006).



As práticas espaciais são condição e produto da fragmentação socioespacial, em razão das formas de apropriação do espaço urbano, é a inter-relação da dimensão social e as novas formas de apropriação da cidade baseadas em novas lógicas de estruturação do espaço urbano à medida em que os nexos centro-periferia possuem relação direta com a divisão social do espaço (Teixeira *et. al.*, 2022). Segundo Legroux (2021), a análise da vida cotidiana permite reunir diferentes escalas do processo de fragmentação, oferecendo uma variável cultural que perpassa a passagem da modernidade para a pós-modernidade, de modo que representa “a queda de grandes narrativas, a autonomização e individualização crescentes dos indivíduos, a perda de identidades e/ou a constituição de identidades fracionadas.” (Legroux, 2021, p. 243).

A esse respeito, destacamos um trecho de uma entrevista realizada com a líder da Comunidade de João Pilatos, em um momento primordial da pesquisa de campo, no qual consistia da presente autora se apresentar à comunidade e explicar os objetivos da pesquisa. Neste momento, realizamos algumas perguntas para que pudéssemos compreender as singularidades e a cotidianidade de um território pouco “ouvido”, seja na escala da cidade ou na escala metropolitana.

Em relação às práticas espaciais e usos do território ribeirinho de Ananindeua, em entrevista, a líder nos participa sobre as atividades desenvolvidas na comunidade, sobre as plantações, hortas, adubos e pesca no território da comunidade, ressalta o sentido de pertencimento e identidade territorial sobre o rural insular. Além disso, com suas colocações, nos permitiu refletir sobre as suas relações com a cidade de Belém e Ananindeua, traduzindo-se ao acesso a comércio e serviços. Embora o território da comunidade e ilha de João Pilatos sejam situadas no município de Ananindeua, os moradores têm a sua cotidianidade, também, entrelaçada pela dinâmica urbana do município de Belém.

E, tipo, a gente na ilha, eu posso dizer que nós somos privilegiados. Porque a gente mora numa área rural, mas ao mesmo tempo como se fosse urbana, porque eu posso sair daqui, eu tô aqui agora, daqui a pouco eu posso (es)tá(r) lá em Belém. Atravesso ali pro Fidelis [porto de desembarque de Outeiro em Belém], pego um ônibus, não demora muito eu tô lá no centro de Ananindeua, eu tô lá no centro de Belém. Então são coisas assim... (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

Em relação ao trecho da entrevista, Menezes (2024) relaciona as distâncias e espaços percorridos pelos moradores para se locomover no espaço metropolitano de Belém, bem como, o uso de portos situados na periferia das cidades sendo tangenciados pelo difícil acesso e a utilização de outros meios de transportes para que os moradores da porção insular de Ananindeua se apropriem de comércios e serviços nos centros da cidade (Figura 2). Dessa forma, Menezes (2024) identifica como se desembocam na realidade, o processo de

(i) mobilidade urbana da população insular, tendo em vista, o transporte comumente utilizado, o qual tratam-se de barcos de pequeno e médio porte, geralmente dos próprios moradores da comunidade.

Figura 2 - Portos de Belém e Ananindeua de uso da comunidade.



Fonte: Google Earth Pro. Adaptações da autora, Menezes (2024).

A linha imaginária representada pela cor azul na imagem corresponde a um percurso de aproximadamente quatro quilômetros, cuja travessia tem duração média de 15 a 20 minutos. O desembarque ocorre no Porto do Fidelis, localizado no distrito de Outeiro, na ilha de Caratateua, pertencente ao município de Belém. A ilha mantém conexão física com a porção continental por meio de uma ponte, a qual favorece a fluidez territorial, resultante das transformações associadas aos processos de urbanização e à fragmentação metropolitana que atingem essa área insular (Menezes, 2024).

Por sua vez, a linha imaginária representada pela cor verde indica um trajeto de cerca de sete quilômetros, com destino ao Porto do Surdo, situado no bairro do Curuçambá, em Ananindeua. Nesse caso, a travessia requer o contorno da ilha de João Pilatos, o que estende o percurso para um intervalo de tempo entre uma hora e uma hora e trinta minutos, variando conforme o tipo de embarcação utilizada (Menezes 2024).

Essa reflexão, demonstra algumas expressões das práticas espaciais do âmbito da mobilidade, os quais revelam as desigualdades sociais e espaciais a partir da imobilidade e não acessibilidade a um transporte público e diante a sua inexistência em alguns locais, de forma resiliente, os moradores utilizam outros meios de locomoção, como o mototáxi (Menezes;



Rodrigues, 2024). Esse transporte, segundo Menezes e Rodrigues (2024), é consolidado em porções periféricas da cidade onde o transporte público é escasso e/ou ineficiente.

No trecho de entrevista a seguir, uma moradora revela dificuldades vinculadas ao acesso dos seus filhos a educação devido aos custos de transporte, alimentação, etc.

[...] Alguns foram pra cidade, algumas pessoas, por falta de estudo, às vezes migram pra cidade né. Porque como não tem ensino médio aqui, e aí, os jovens tem que estudar e pra ir todo dia daqui pra lá é um custo alto. É um custo alto. E disso eu sei porque, olha, tava com dois filhos estudando junto, fazendo ensino médio lá pra fora, meu marido trabalhava só pra pagar a passagem pra esses meninos. Passava a maior dificuldade, porque tinha que pagar e os meninos tinham que estudar, e a gente tem que fazer assim ó [gesto indefinido] pra ir. Por que ou tu bota teus filhos pra estudar ou eles vão ficar dentro de casa fazendo o que? Que num tem aqui dentro [escola], não tem na ilha. A gente tem que fazer alguma coisa.

[...] E aqui, tem muitos ainda jovens e adolescentes parados, que não tão estudando, porque o pai não quer ir morar pra fora, entendeu, a vida dele é aqui. Trabalho dele é aqui, então ele não quer deixar sua casa, sua moradia pra ir morar de aluguel, que vai ser um custo a mais pra ele e ele vai trabalhar no que lá fora, né? E muitos não tem uma capacitação, não tem nenhuma formação acadêmica, não tem nenhuma formação técnica, e aí ele vai chegar lá na cidade, ele pode alugar uma casa, pode ficar os primeiros meses e depois, né? (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

A partir do relato da líder comunitária, evidenciam-se as problemáticas vivenciadas cotidianamente pelos moradores da porção insular de Ananindeua. Suas narrativas revelam, de um lado, as estratégias de sobrevivência no contexto metropolitano e, de outro, a resistência de uma identidade ribeirinha que reafirma sua territorialidade, como expressa no trecho: “Trabalho dele é aqui, então ele não quer deixar sua casa, sua moradia pra ir morar de aluguel, que vai ser um custo a mais pra ele e ele vai trabalhar no que lá fora, né?”. Embora enfrentem longos deslocamentos e custos elevados de transporte para acessar a cidade, muitos optam por permanecer em seu território, reafirmando laços simbólicos e materiais que sustentam o pertencimento ao lugar.

A partir disso, houve a necessidade de construção de uma Cartografia Participativa que tem como objetivo, não somente cartografar as singularidades e particularidades do território da comunidade de João Pilatos, mas como retratar a partir dela o que é vivido pelos moradores e os efeitos da fragmentação socioespacial metropolitana sobre o modo de vida desta comunidade insular. O intuito é reiterar que embora as práticas espaciais sejam tangenciadas pela profunda desigualdade socioespacial de uma cidade que segrega em seu processo de fragmentação, os moradores desta porção insular possuem dinâmicas próprias no contexto da cidade de Ananindeua e no espaço metropolitano de Belém.

A figura 3 retrata alguns espaços de uso da comunidade, são espaços de lazer e onde reúnem a associação de moradores. São espaços coletivos que demonstram os aspectos da identidade ribeirinha insular.

Figura 3 – Espaços de uso da comunidade.



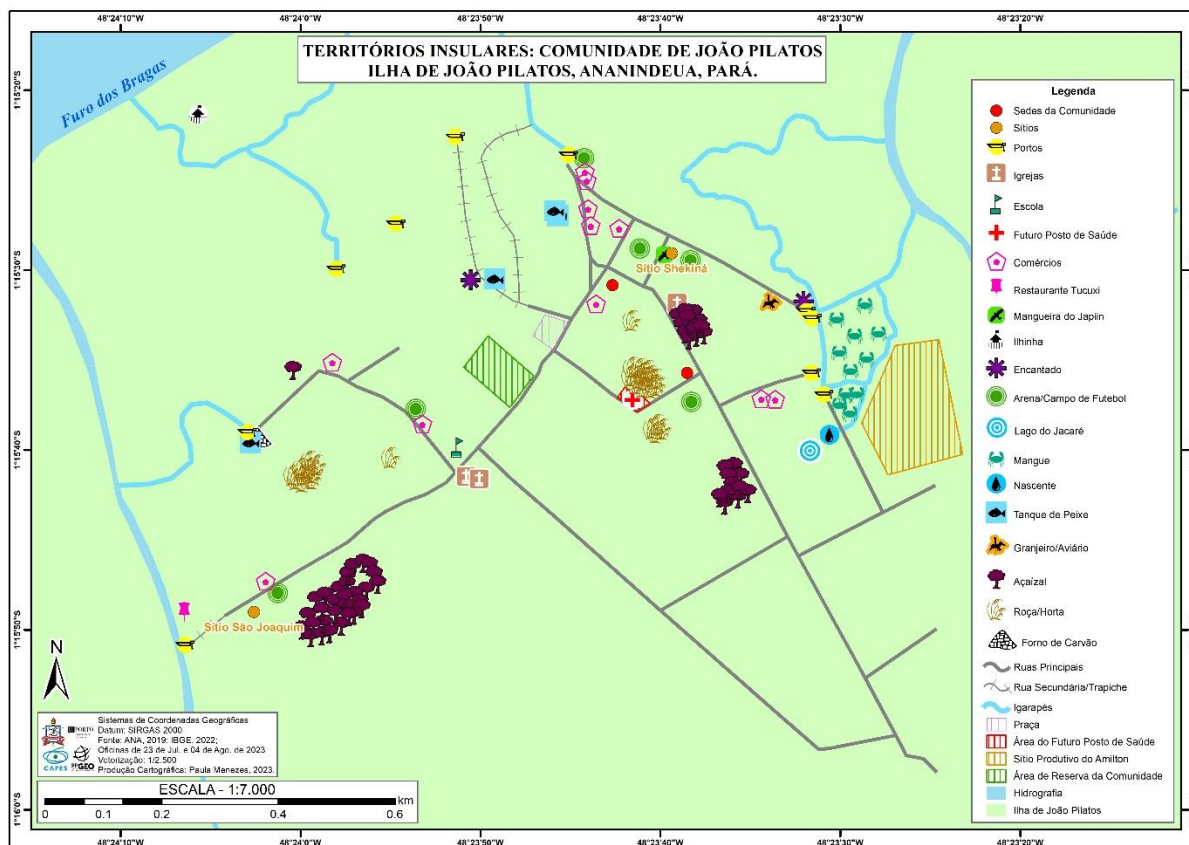
Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo jan. e jun. 2023.

No plano da vida cotidiana e das práticas espaciais, ressaltamos a escala do território pelo ponto de vista de uma dimensão espacial que produz em si, retratos simbólicos da identidade e das subjetividades, considerando-o como plano de fundo das existências e coexistências dos sujeitos que vivenciam suas singularidades. O intuito trata-se de analisar as representações sobre o espaço, sendo ele parte indissociável das relações, do qual articulamos estes apontamentos pela perspectiva do território da comunidade de João Pilatos, coexistindo no espaço rural-urbano do município de Ananindeua.

A partir disso, relacionamos o teórico-empírico de um território simbólico-cultural (Haesbaert, 2004), a partir de uma Cartografia do Vivido enquanto instrumento de lutas, (re) existências e de identidade territorial (Figura 4). Portanto, consideramos, também, a abordagem histórica, relacional e multidimensional do território, da territorialidade e da identidade sobretudo material correlacionada à unidade objetividade-subjetividade, na qual é compreendida por um viés da noção de territorialidade como um processo de relações sociais,

tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou grupo social (Saquet, 2007; Saquet, Briskievicz, 2009).

Figura 4 – Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos na análise da fragmentação socioespacial, 2023.



Fonte: Oficinas de Cartografia em jul. e ago. de 2023.

Elaboração: Moradores da Comunidade de João Pilatos (2023). **Produção Cartográfica:** Menezes (2023).

A cartografia está relacionada aos elementos que configuram o território de João Pilatos, dos quais fazem parte da dinâmica cotidiana dos moradores. Com isso, ressaltamos que a construção parte da percepção dos indivíduos envolvidos nas oficinas e mediados pela presente autora.

Desse modo, destacamos os espaços das principais atividades de trabalho da comunidade, como sítios onde são extraídos a produção de açaí, a presença de hortas e roças, e também a criação de peixes. Pode-se observar a espacialização dos portos que a comunidade utiliza para se deslocar para as demais ilhas e/ou chegar na cidade de Ananindeua e Belém, alguns estão situados em sítios de moradores, a exemplo do porto no Sítio São Joaquim nas proximidades do Restaurante Tucuxi. Além disso, a presença de pequenos comércios, dos quais foram englobados o salão de beleza, barbearia, padaria, a “taberna” (pequeno mercadinho) e



bar. A comunidade possui uma única escola da rede estadual de ensino fundamental anos iniciais 1º ano ao 5º ano (imagem B da figura 3).

Não obstante, estas relações determinam as práticas espaciais nos espaços de representação da Comunidade de João Pilatos, através das dimensões do percebido e do vivido. São determinantes, dado à lógica concebida do processo da fragmentação socioespacial que reorganizam no espaço as relações, em contrapartida de um território insular que resiste no contexto da homogeneização e hierarquização dos espaços da cidade e do espaço metropolitano.

Ao ter como base o mapa da Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos na análise da fragmentação socioespacial, é evidente que a população possui uma dinâmica própria, possui seu território repleto de usos vinculados ao modo de vida tradicional ribeirinho. Sobretudo, pelo ponto de vista de que no espaço da comunidade, são exercidas suas identidades territoriais.

À primeira vista, o que mais chama atenção são os diversos usos do território, sobretudo, a constituição de vários portos, embora não classificados no mapa, definem-se em portos de uso da comunidade e portos de uso particular. Os portos representam a forte relação da comunidade com os rios, bem como, o principal meio de transporte utilizado para deslocamento extracomunitário. Porque além de barcos, os moradores deslocam-se pela comunidade em grande parte a pé, todavia, também, se utilizam da bicicleta e a moto como meio de transporte, porém para maiores distâncias.

Por fim, as práticas espaciais evidenciadas no plano cotidiano da Comunidade de João Pilatos a partir de sua organização espacial, revelam as suas dissociações dadas ao contexto do espaço metropolitano e da cidade de Ananindeua. Haja vista, que as problemáticas enfrentadas no cotidiano e na vida da população insular, a partir da fala dos sujeitos, apresentam perspectivas de sobrevivência no espaço da metrópole face à intensa fragmentação urbana e por outro lado, revelam uma resistência da identidade ribeirinha que exerce sua territorialidade e caracterizam-se como uma prática evidente das expressões às lutas e resistências urbanas em busca da justiça espacial e o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção explorada ao longo do trabalho, não tem como intuito de se constituir como verdade absoluta, tampouco, o esgotamento do debate. Haja vista, que o propósito da presente pesquisa se dá diante a escassez de uma literatura, no âmbito da geografia, que retrata o modo de vida ribeirinho insular de Ananindeua em contraponto ao panorama da metropolização do espaço, no qual, consequentemente, tem contribuído para o processo de



fragmentação socioespacial através das práticas espaciais cotidianas. Não obstante, a cidade de Ananindeua, pelo papel exercido na escala metropolitana e na rede urbana do nordeste paraense, necessita que seus elementos sejam esmiuçados para compreendermos as suas complexidades enquanto cidade amazônica.

Por fim, as práticas espaciais evidenciadas no plano cotidiano da Comunidade de João Pilatos a partir de sua organização espacial, revelam as suas dissociações dadas ao contexto do espaço metropolitano e da cidade de Ananindeua. Haja vista, que as problemáticas enfrentadas no cotidiano e na vida da população insular, a partir da fala dos sujeitos, apresentam perspectivas de sobrevivência no espaço da metrópole face à intensa fragmentação urbana e por outro lado, revelam uma resistência da identidade ribeirinha que exerce sua territorialidade e caracterizam-se como uma prática evidente das expressões às lutas e resistências urbanas em busca da justiça espacial e o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. **Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua**, 2006.

ANANINDEUA. 79 ANOS: Conheça a História de Ananindeua desde sua origem: Texto produzido com colaboração e pesquisa do Historiador Adrielson Furtado. *In*: SECOM. **Consultoria Geral do Município**. Ananindeua, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/consultoria/noticia/4139/79-anos-conheca-a-historia-de-ananindeua-desde-sua-origem>. Acesso em: 27 jan. 2023

CORRÊA, Roberto L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**: Rio de Janeiro, v. 4, n° 6, p. 62-72, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 400p.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008. DOI:



10.11606/rco.v2i2.34702. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MENDES, Luiz A. S. A geografia-histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades [online]**. 2018, v. 14, n. 1

MENEZES, Paula B. R. **Fragmentação socioespacial e Territórios insulares: práticas espaciais da Comunidade de João Pilatos, porção insular norte de Ananindeua, Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2024.

MENEZES, Paula B. R.; RODRIGUES, J. C. Territórios Insulares e fragmentação socioespacial na Amazônia paraense: uma leitura a partir dos espaços urbano-rurais de Ananindeua. In: Jovenildo Cardoso Rodrigues; Léa Maria Gomes da Costa; Marlon Lima da Silva; Raimundo Sócrates de Castro Carvalho. (Org.). **Urbanização, Desigualdade e Financeirização: re-discutindo o direito à moradia em cidades amazônicas**. 1ed. Belém, Pará: NUMA/UFPA, 2025, v. 1, p. 133-152

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 9-29.

RODRIGUES, J. C. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5º Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis: Jan/Jun, ed. 22, ano 2007, n. 43, p. 55-76, Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 3 fev. 2023. Regional, 2005. p. 49-53.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Revista Cidades**, v. 3, n. 5, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, p. e19015, 2020.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, ed. 3, ano 2006, n. 5, p. 143-157, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicdos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12786>. Acesso em: 18 fev. 2023.



TEIXEIRA, V. M. L.; PEREIRA, C. S. S.; SILVA, C. F. da. DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL. **Mercator (Fortaleza)**, v. 21, 2022.

TURRA NETO, N.; SPOSITO, M. E; MAGRINI, M. A.; BERNARDES, A. H. Grupo focal na análise da fragmentação socioespacial. *In:* E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v. 1, p. 23-70.